

Dilemas do Desenvolvimento: A empresa neoliberal e a hegemonia financeira

Ruy Braga¹

Após o final da Segunda Guerra Mundial e durante aproximadamente 25 anos (1948-1973), o mundo capitalista ocidental, tendo os Estados Unidos à frente, viveu um período marcado por forte crescimento econômico, com baixa inflação e expansão do consumo de massas, conhecido tradicionalmente pelo nome de “fordismo”. Tal período representou um momento da história capitalista no qual um certo mecanismo de acumulação baseado na organização e no rígido controle taylorista do trabalho estava associado a aumentos salariais que garantiram o acesso da classe trabalhadora aos bens de consumo duráveis – tais como carro, casa própria, televisão, geladeira – e à expansão dos serviços públicos gratuitos – saúde, educação (Aglietta, 1997).

Os ganhos de produtividade que eram alcançados nas fábricas serviam de base para os aumentos salariais dos trabalhadores e ajudaram a garantir o desenvolvimento dos serviços públicos. Um surto de bem-estar social relacionado ao compromisso fordista foi criado e o progresso econômico apareceu para as diferentes sociedades nacionais como algo quase natural. Aparentemente, o capitalismo ocidental havia superado definitivamente as crises de sobreacumulação (Aglietta & Brender, 1984).

Mesmo observando que o progresso nos países capitalistas desenvolvidos nunca alcançou todos os setores assalariados e que os países periféricos viviam uma situação radicalmente diferente – não nos esqueçamos de que o Brasil e a América Latina passavam, nesse período, pela experiência das ditaduras militares apoiadas pelo governo estadunidense –, é inegável que o fordismo representou um período de crescimento econômico com relativa distribuição de riqueza social, beneficiando trabalhadores de vários países. No coração do mecanismo de acumulação que tornou isso possível encontraremos a empresa fordista.

Esse tipo de empresa tinha características muito especiais. Em primeiro lugar, essa modalidade de empresa acomodava milhares de trabalhadores e gerentes e concentrava em suas gigantescas fábricas quase todas as funções necessárias ao ciclo produtivo da mercadoria: da concepção à execução, passando pelo planejamento, gestão, finanças. As funções eram bem definidas e a empresa estava dividida em grandes departamentos controlados de modo burocrático.

O FORDISMO SAI DE CENA

Com a crise dos anos de 1970, esse tipo de empresa passou por uma profunda reestruturação. Dos diferentes modelos que foram testados entre as décadas de 1970 e 1980, o chamado modelo japonês foi o mais bem-sucedido de todos. Ao contrário da empresa fordista, a empresa japonesa era uma empresa enxuta, com um mínimo de estoques, em que a separação e a oposição do trabalho intelectual de planejamento e controle do trabalho ao trabalho manual de execução das tarefas foram profundamente modificadas (Coriat, 1994).

Nesse modelo, os operários eram encarregados de controlar a qualidade e estimulados a participar da gestão do tempo de trabalho com sugestões e inovações produtivas. Saía de cena o trabalho taylorista baseado no controle externo dos tempos e dos movimentos – simbolizado pela figura do cronômetro – e entrava em cena o trabalho em grupos capaz de planejar, com certa autonomia, alguns aspectos do dia de trabalho. Na medida em que as funções de controle e supervisão do trabalho prescrito iam sendo internalizadas pelos próprios trabalhadores, camadas e mais camadas de supervisores e subgerentes iam-se tornando supérfluas.

Assim, a desespecialização do trabalho operário com a incorporação de funções intermediárias pelos próprios trabalhadores, a polivalência do trabalho – capacidade de operar várias máquinas –, o desenvolvimento do sindicalismo por empresa, o estoque mínimo, as ferramentas gerencias, como a “administração pelo olhar”, o JIT-Kanban, a modificação dos desenhos das linhas de montagem, a

¹ Professor no Departamento de Sociologia da USP, atual diretor do Centro de Estudos dos Direitos da Cidadania (Cenedic) e autor, entre outros, de *A nostalgia do fordismo* (Xamã, 2003).

robotização da produção e outras inovações decisivas como o salário composto por duas partes, uma fixa e outra fluante conforme a produtividade individual do trabalhador, alteraram profundamente a matriz da empresa fordista.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, um outro processo conhecido como terceirização foi-se desenvolvendo nas empresas reestruturadas. A terceirização consistia em externalizar todas as funções empresariais consideradas não-prioritárias ou de baixo valor agregado, fazendo com que as empresas contratantes ficassem apenas responsáveis por funções ou operações consideradas mais rentáveis. Assim, limpeza, manutenção, segurança, recursos humanos, contabilidade e mesmo projeto, engenharia e controle financeiro foram terceirizados em benefício das funções consideradas mais lucrativas.

EMPRESA NEOLIBERAL E HEGEMONIA FINANCEIRA

Ao mesmo tempo, uma mudança global da estrutura do mercado mundial processou-se de maneira bem-sucedida. Trata-se da emergência de um capitalismo renovado e unificado pela ação de duas poderosas forças sociais: as novas tecnologias da informação e a mundialização financeira. Os principais motores dessa transformação do modo de desenvolvimento do capitalismo mundial foram, por um lado, a informatização das empresas e, por outro, os processos associados à globalização do capital financeiro, fortemente acelerados pelas escolhas políticas neoliberais: primado do mercado mundializado e hegemonia da lógica da rentabilidade financeira (Aglietta, 1995 e 1998).

Naturalmente, as mudanças na estrutura econômica mundial superaram, em muito, as transformações de natureza essencialmente tecnológica, impondo novas regras às empresas, tais como a governança corporativa e a maximização do “valor acionarial” (Chesnais, 2003). Entramos na era do *reporting* (prestação de contas aos acionistas), do *track recording* (histórico de desempenho) e do *downsizing* (enxugamento). Um novo modelo em ruptura com o fordismo produziu novas formas de desigualdade num contexto de desemprego de massas. Esse modelo, por sua vez, teve como ponta de lança uma onda tecnológica organizada em torno de três grandes domínios: a telefonia, o audiovisual e a informática.

Essa nova trajetória tecnológica mundializada, como era de se esperar, desenvolveu-se de maneira contraditória: por um lado, temos o efeito de canibalização – destruição de atividades tradicionais (determinadas formas de comércio, impacto negativo da Internet sobre o correio postal); por outro, verifica-se o efeito de polinização – dinamização das empresas suscitando novos métodos de organização (sistemas intranet ou extranet como fonte de interatividade).

A convergência desses processos acarretou profundas mudanças nos diferentes setores da economia, somadas a um significativo aumento do número de empregados no setor dos serviços. Uma importante transformação industrial alavancada pela personalização dos serviços e garantida pela larga utilização das novas tecnologias informacionais veio a se somar ao chamado primado da clientela, expresso pela necessidade de as empresas adaptarem sua oferta às necessidades dos clientes (Durand, 2004).

Nesse contexto emergiram as empresas organizadas em redes cujo principal objetivo foi restabelecer a lucratividade por meio da flexibilidade do trabalho. Isto é, buscando uma adaptação permanente à evolução da demanda de serviços personalizados pela difusão das tecnologias informacionais, dos equipamentos programáveis e das inovações organizacionais. A empresa não é mais estruturada de uma maneira verticalizada tendo por objetivo enquadrar milhares de operários. A generalização dos microcomputadores em rede, favorecida pela queda do preço destes equipamentos, suscitou coordenações transversais, implicando a limitação do número de níveis hierárquicos.

Em suma, as principais características da reestruturação produtiva da década de 1990 estiveram relacionadas à associação entre o conhecimento tornado um fator chave de competitividade e a profunda transformação do meio ambiente empresarial, no sentido da empresa neoliberal em rede com dominância financeira. O duplo processo evocado aqui, longe de ser paradoxal, é na realidade bastante funcional: reforçando seu poder no topo (pela concentração financeira) e reduzindo os

contra-poderes na base (pela desconcentração produtiva), a “finança mundializada” revigorou consideravelmente sua influência sobre a sociedade (Coutrot, 2005, p. 24).

T. Coutrot (1999 e 2005) define acertadamente esta nova realidade empresarial ao identificar três grandes níveis organizacionais discordantes, porém combinados: a) a organização de primeiro nível, aquele da empresa aprendiz ou inovadora, marcada por ser pouco hierarquizada, reativa, mobilizada, capaz de gerar e renovar permanentemente sua base de conhecimentos pela utilização intensiva de tecnologias informacionais; b) a organização de segundo nível representada pela empresa neofordista contando com engenheiros, técnicos comerciais, operários qualificados etc., devendo demonstrar suas capacidades de iniciativa, sua disponibilidade, sua polivalência, quer para se pleitear uma promoção, quer para se evitar a demissão; e, finalmente, c) a organização de terceiro nível, neotaylorista e terceirizada, produzindo componentes de bens ou serviços para as empresas do segundo nível.

A mundialização contemporânea recobre uma grande diversidade de processos produtivos. Ela corresponde, em primeiro lugar, à abertura das economias nacionais às transações internacionais e ao desenvolvimento das trocas de bens e serviços. Num segundo nível, encontramos a mobilidade internacional dos capitais conhecida por mundialização financeira. Seguramente, um dos vetores mais importantes deste movimento é constituído pelos movimentos internacionais de capitais e, particularmente, pelos investimentos estrangeiros diretos (IEDs) realizados pelas firmas multinacionais (Chesnais, 1996).

Enfim, a mundialização do capital corresponde a um processo de interpenetração crescente das economias nacionais, enfraquecimento das regulações nacionais e desterritorialização das atividades econômicas: mais que uma internacionalização da economia, trata-se de uma mundialização dos processos de produção, dos mercados e das empresas, cujas decisões e comportamentos parecem ditar sua própria lei aos responsáveis políticos nacionais. É no domínio das finanças que essa mundialização é mais potente com uma fortíssima mobilidade de fluxos financeiros em escala planetária (idem, ibidem).

Como desdobramento dessa dinâmica econômica e política, temos a profunda degradação da relação capital-trabalho. As diferentes formas sociais de regulação dessa relação, duramente construídas ao longo de décadas de lutas sociais e sindicais, desenvolvidas nos países capitalistas centrais (Burawoy, 1990), mas não apenas, são superadas e substituídas pela realidade da política de moderação salarial permanente. Na empresa neoliberal, o trabalho transformou-se no principal instrumento de ajuste – anticíclico e anti-inflacionário –, assimilado ao capital humano e fundado sobre o regime de acumulação organizado em torno dos mercados financeiros globais, dos investidores institucionais, da dominação dos acionistas na empresa e do consumo extraído de rendas salariais e financeiras mais voláteis num contexto de crescimento econômico instável.

O DESMANCHE DO MUNDO DO TRABALHO

Em síntese, as políticas econômicas neoliberais questionaram profundamente a forma anterior do compromisso capital-trabalho, produzindo uma relação de forças fortemente favorável aos portadores do capital financeiro e impondo, ao mesmo tempo, a lógica da valorização financeira por todos os setores da economia. Na verdade, os investidores institucionais que administram em nome dos acionistas enormes quantidades de ações procuram impor regras de gestão nas empresas em que investem. Dessa maneira, buscam, por um lado, maximizar o valor das participações financeiras, objetivando criar o valor acionarial, e, por outro lado, visam organizar um sistema de controle externo destinado a estimular os dirigentes das empresas a satisfazer os objetivos dos acionistas.

O interesse dos acionistas reside no rendimento de seus títulos, a saber, os dividendos e, sobretudo, o valor financeiro excedente. A empresa é considerada como um ativo qualquer, cujo valor é necessário rentabilizar na Bolsa. O objetivo dos administradores é criar valor excedente na esfera financeira, ou seja, conquistar ganhos sobre ações da empresa. O resultado é uma financeirização generalizada da gestão das empresas (Chesnais, 2003). Essa concepção puramente financeira da criação do valor, sem ligação direta com o emprego e a produção reais da empresa, remete a um enganoso mundo virtual, no qual o valor do capital é determinado exclusivamente pela

dinâmica financeira, independentemente da realidade produtiva. As novas formas de governança corporativa têm por objetivo estimular os administradores a gerir a empresa exclusivamente pelo interesse dos acionistas, lançando mão de expedientes lícitos ou fraudulentos para aumentar o valor das ações.

A partir do desenvolvimento das tecnologias informacionais, da mundialização financeira e da transformação do meio ambiente empresarial na direção da empresa em rede, chegamos ao novo regime de acumulação com dominância financeira do qual nos fala o economista francês François Chesnais (2003 e 1999). Em primeiro lugar, as novas tecnologias tendem, como vimos, a substituir a organização da empresa fordista, apoiada sobre a hierarquia, por uma organização horizontalizada e estruturada por sua capacidade de adaptar-se à volatilidade dos mercados. Em segundo lugar, essa nova organização em rede bloqueia a difusão de valores coletivos e dilui a solidariedade do trabalho, presentes na empresa fordista.

Como resultado, temos o fortalecimento da individualização do trabalho e o aumento da concorrência entre os próprios trabalhadores (Beaud & Pialoux, 1999). Ou seja, o valor de um trabalhador baseia-se cada vez mais naquilo que o diferencia dos outros trabalhadores, e não naquilo que ele tem em comum com eles. O estatuto do trabalho é profundamente alterado: as novas práticas verificadas no mercado de trabalho encontram-se na origem da emergência de um estatuto fragmentado do trabalho, devido em grande parte à procura por flexibilidade pelas empresas. As características principais desse novo estatuto podem ser assim resumidas: emprego temporário, contratos com duração determinada e o emprego por conta própria (Linhart, 2007).

Assim, os principais objetivos da reestruturação das empresas na década de 1990, isto é, a adaptabilidade à demanda e a racionalização dos processos produtivos por meio da mobilização permanente da força de trabalho, são alcançados (Beaud & Pialoux, 1999). Além disso, a transformação das relações capitalistas de produção induzida pela hegemonia financeira, e traduzida pelo enfraquecimento da posição coletiva dos trabalhadores, faz recair sobre estes uma parte importante dos riscos da empresa. As solidariedades sociais são fortemente enfraquecidas, e aumenta o individualismo tendo em vista o novo funcionamento das empresas que externalizam uma parte crescente de sua produção.

Conseqüentemente, a capacidade de negociação coletiva dos trabalhadores é enfraquecida. Retroativamente, as defesas do mundo do trabalho são enfraquecidas, aumentam a dessindicalização e a repressão anti-sindical, o mundo do trabalho sofre um verdadeiro desmanche e, naturalmente, a consolidação de novos valores coletivos torna-se muito mais difícil (Oliveira & Rizek, 2007). Esta concepção tende a enfraquecer o papel das organizações sindicais e favorecer a mobilidade dos trabalhadores, o que permite em contrapartida aliviar as empresas da cobertura dos riscos sociais (Castel, 2003).

Após tornar precário o emprego e dualizar os grupos assalariados, depois de reduzir a proteção aos trabalhadores e promover uma verdadeira regressão social, emancipando-se das amarras impostas pelo poder sindical, a empresa neoliberal alcança um de seus objetivos mais importantes: prestar contas apenas aos seus acionistas. De uma certa maneira, a ambição atual dos administradores de empresas parece ser a de transformar o trabalho em uma mercadoria tão fluida e refratária a regulações sociais quanto o próprio capital financeiro.

REFERÊNCIAS

- AGLIETTA, M. *Macroéconomie financière*. Paris: La Découverte, 1995.
- _____. *Macroéconomie financière 2*. Paris: La Découverte, 1998.
- _____. *Régulation et crises du capitalisme*. Paris: Odile Jacob, 1997.
- AGLIETTA, M. & BRENDER, A. *Les métamorphoses de la société salariale: La France en projet*. Paris: Calmann-Lévy, 1984.
- BEAUD, S. & PIALOUX, M. *Retour sur la condition ouvrière: Enquête aux usines Peugeot de Sochaux-Montbéliard*. Paris: Fayard, 1999.
- BOLTANSKI, L. & CHIAPELLO, E. *Le nouvel esprit du capitalisme*. Paris: Gallimard, 1999.

- BRAVERMAN, H. *Trabalho e capital monopolista: A degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.
- BURAWOY, M. “A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado”, *RBCS*, São Paulo, 1990, n. 13.
- CASTEL, R. *L'insecurité sociale: Qu'est-ce qu'être protégé?* Paris: Éditions du Seuil et La République des Idées, 2003.
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CHESNAIS, F. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã, 1996.
- _____. (org.). *A mundialização financeira: Gênese, custos e riscos*. São Paulo: Xamã, 1999.
- _____. (org.). *Uma nova fase do capitalismo*. São Paulo: Xamã, 2003.
- CORIAT, B. *Pensar pelo avesso*. Rio de Janeiro: EDUFRI/Revan, 1994.
- COUTROT, T. *L'entreprise neo-libérale, nouvelle utopie capitaliste?* Paris: La Découverte, 1999.
- _____. *Démocratie contre capitalisme*. Paris: La Dispute, 2005.
- DUMÉNIL, G. & LÉVY, D. “Superação da crise, ameaças de crise e novo capitalismo”. In: CHESNAIS, F. (org.). *Uma nova fase do capitalismo*. São Paulo: Xamã, 2003.
- DURAND, J.-P. *La chaîne invisible – Travailler aujourd'hui: flux tendu et servitude volontaire*. Paris: Seuil, 2004.
- GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere* (vol. 4). São Paulo: Civilização Brasileira, 2001.
- LINHART, D. *A desmedida do capital*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- LOJKINE, J. *A revolução informacional*. São Paulo: Cortez, 1995.
- OLIVEIRA, F. & RIZEK, C. S. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- SALERNO, M. S. (org.). *Relação de serviço: Produção e avaliação*. São Paulo: Senac, 2001.